

MICRO-CONJUNTURA: Uma proposta de análise da aceleração da vida urbana¹

ANA CLARA TORRES RIBEIRO*

(I) – Sobre a aceleração

A aceleração, como experiência de mudança no ritmo da vida social na fase contemporânea do capitalismo, corresponde à introjeção de novos comandos no tecido da sociedade (práticas e valores) que transformam o teor das relações sociais, os usos do espaço, os conteúdos do imaginário e as formas de apropriação social da cidade. Como indicação de características assumidas pelo tempo social, o fenômeno da aceleração não pode ser apreendido, e muito menos compreendido, através de ágeis certezas, como aquelas que afirmam, sem maiores questionamentos, a dissolução do espaço pelo tempo, ou ainda, que enfatizam, isoladamente, a desterritorialização e o desenraizamento sem a consideração simultânea da materialidade e da socialidade expressivas dos atuais rumos da acumulação capitalista.

Milton Santos (1993:15) alerta-nos, nesta direção, para os efeitos sociais abrangentes, particularmente sobre o conhecimento, das fases de aceleração da experiência social: "Acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criar o novo (...). Daí, a cada época, malgrado a certeza de que se atingiu um patamar definitivo, as reações de admiração ou de medo diante do inusitado e a dificuldade para entender os novos esquemas e para encontrar um novo sistema de conceitos que expressem a nova ordem em gestação".

Este autor também chama a atenção para a facilidade com que tem sido limitada a análise da aceleração à velocidade, omitindo-se a observação de alterações profundas no sistema técnico e no sistema

de ação e, portanto, evitando-se o exame dos imbricamentos entre mudanças na materialidade e na socialidade que transfiguram a experiência social, especialmente em contextos metropolitanos que são, efetivamente, reais epicentros da mudança e, portanto, locais especialmente sensíveis tanto aos novos comandos da economia quanto às alterações em códigos comportamentais.

No que concerne à pesquisa da aceleração no âmago do tecido social, acreditamos que existam pelo menos duas dimensões que precisariam ser distinguidas. A primeira, refere-se à mudança difusa, estimulada pela emergência não pactuada de múltiplas iniciativas, cujas orientações culturais não admitem simplificação. Observa-se uma nova efervescência na vida urbana, correspondente a uma pluralidade de alterações culturais e a racionalidades em disputa. É esta efervescência que faz retornar, com evidente poder de sedução, citações de Baudelaire e a figura benjaminiana do flâneur. Estranho personagem nas metrópoles periféricas em crise mas, que encontra abrigo no empresariamento da cultura, realizado com apoio da mídia.

* Professora Adjunta do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ A pesquisa intitulada "Micro-conjuntura: informação e oportunidade nas metrópoles brasileiras" inscreve-se na linha de pesquisa Modernidade, comunicação e cultura: a nova face do poder metropolitano. Em articulação com esta linha, foi criado o Laboratório da conjuntura social: tecnologia e território (LASTRO) que realiza e difunde análises das denominadas micro-conjunturas.

Nesta dimensão efervescente, acontece um pouco de tudo: tribos urbanas, esportes radicais, novas profissões, seitas orientais, neoreligiosidade, ofertas renovadas de consumo, identificações transitórias. Trata-se de uma dimensão que contém os estímulos do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994) e a manifestação de uma renovada sensibilidade coletiva para o fazer, o agir. Esta sensibilidade não apenas cria condições para o lucro, estimulador do ativismo, como cria, ainda, condições para a emergência de formas instáveis e fracionáveis de agregação social e de construção identitária. O próprio tecido da sociedade encontra-se irrigado de novos fluxos, possibilitando a configuração de usos extremamente particularistas e transitórios do espaço urbano.

Em decorrência da natureza da nova base técnica da vida coletiva, composta por instrumentos e linguagens de uso simultâneo e ubíquo, manifesta-se uma espécie de atualização descontínua do tecido urbano que envolve fraturas comportamentais e em valores orientadores da conduta, compensadas por momentos de intensa e fugaz sintonia cultural, como ilustram as mega-produções culturais. Assim, nesta dimensão da aceleração, observa-se a existência de movimentos subjacentes à fragmentação e à homogeneização, envolvendo retorno a comportamentos tradicionais e a eclosão de experimentos sociais inusitados. A esfíngue destes movimentos contemporâneos encontra-se instaurada, entretanto, nos sentidos de totalidade destilados, de forma mais ou menos programada, nos contextos metropolitanos.

Assim, a primeira dimensão da aceleração traz, para a urbanização periférica, um sentido de modernidade que seduz e assusta. A sedução emerge no inesperado e no encantamento por novos objetos – de consumo imediato ou decorrentes da cristalização criativa, pela arquitetura, de referentes culturais múltiplos (de qualquer tempo ou lugar). O medo, por outro lado, é destilado da sociabilidade desconhecida, onde os objetos substituem interações sociais, aprofundando a experiência do anonimato e da indiferença. Nas belas palavras de Georg Simmel (1998: 31): Vivemos passando, sem perceber, cada vez mais rápido, pelo signifi-

cado específico, não-qualificável, das coisas, e este se vinga, agora, por meio daqueles sentimentos, tão modernos, que abafam, enfraquecem. Sentimos que o núcleo e o sentido da vida escapam sempre, a cada vez, das nossas mãos; as satisfações definitivas realizam-se cada vez menos; sentimos, enfim, que todo esforço e toda atividade, na verdade, não valem a pena”.

Na segunda dimensão da aceleração, surge a natureza sistêmica do capitalismo. Esta dimensão corresponde, mais exatamente, aos processos sócio-espaciais decorrentes da globalização da economia. A aceleração, aqui, corresponde à capacidade organizativa e gestora de recursos materiais e bagagens culturais propiciada pelas novas tecnologias. Trata-se do aparecimento de vetores de modernização que correspondem a reais sistemas de objetos e ações (Santos, 1996) que são de conteúdo basicamente instrumental.

Propusemos, noutro texto (Ribeiro, 1999), a categoria impulso global para o estudo destes vetores que subordinam a modernidade, com suas surpreendentes possibilidades, aos designos da modernização: sistêmica, extrovertida, gestora ou administrativa. A subordinação da modernidade à modernização, conduzida por grandes corporações e pelos poderes dominantes na escala mundo, com seus aliados internos a cada país, ocorre controlando a aventura da modernidade e adequando o tecido social às condições de expansão de sistemas pré-concebidos e formatados². Estes sistemas constituem forças estruturantes e instituintes, como demonstram as regras de padronização de produtos e normas impostas ao comércio mundial.

² “(...) Digamos entonces, a manera de hipótesis, que el advenimiento de la sociedad moderna recoge un doble ideario: el de transformar el entorno material, y el de transformar al hombre como centro del mismo. Mientras el primero alude a la modernización, el segundo a la modernidad. (...) la modernización ha convertido en el abecedario del progreso, colocándose como un fin en sí mismo e no en un medio, imprescindible por cierto, para dotar a la sociedad de mejores condiciones materiales. Lo paradójico es que si bien no sería concebible una sociedad moderna carente de un proceso de modernización, este último no requiere ineluctablemente de la modernidad y aún menos conduce por sí mismo a ella” (Martínez, 1997:37,38).

Os vetores da atual modernização são, sobretudo, contituídos por formas de organização e dotados de capacidade invasora, como nos adverte Milton Santos (1996: 155). É pela presença destes vetores que a aceleração se traduz em velocidade crescente, aliás indispensável à administração dos riscos de crise global de acumulação. Para a compreensão destes vetores, a teoria dos sistemas apresenta importante contribuição: “Em termos da história da teoria (...) significa, já nos anos 50 e 60, uma reviravolta da abordagem teórica centrada no objeto (sistema) para uma abordagem teórico-diferencial – o reconhecimento da diferença entre sistema e ambiente. Esse é o fundamento e o ponto de partida que, na interpretação de Luhmann, foi capaz de transformar a teoria dos sistemas, a partir dos seus avanços atuais, num teoria universalista” (Fedozzi, 1997:21).

É esta diferença que permite compreender as articulações complexas entre a primeira e a segunda dimensões da aceleração experienciada em contextos metropolitanos dos países periféricos, em que se mesclam ambiente, ou seja, a vida cotidiana em transformação, e controles exarcebados, associados a barreiras físicas, técnicas e culturais renovadas e intransponíveis. Acontece, atualmente, mudança simultânea no ambiente e nos sistemas de ação. A preservação destes sistemas adquire as características dos denominados sistemas abertos – que respondem “à questão de como a ordem era possível frente à contínua tendência à entropia” (Fedozzi, op cit, p.21) – subordinando (e se alimentando) do ambiente transformado.

Para que esta alimentação seja possível, é necessário produzir alterações no ambiente que o tornem adequado à fertilização dos vetores sistêmicos da modernização, o que implica em alterações profundas na vida urbana. Esta adequação tem implicado na quebra de anteriores sistemas de ação (correlatos à modernização moldada na cidade industrial dos países centrais); na redução de normas e restrições legais à ação hegemônica; na reeducação operacional de segmentos sociais; na difusão de ideários padronizados de modernidade; na absorção de trabalho não pago no aprendizado de

exigências sistêmicas (por exemplo: a informática no sistema bancário) e em investimentos públicos exigidos pelas condições necessárias à nova produção, incluindo a difusão de bens culturais e serviços especializados.

A distinção analítica entre a primeira e a segunda dimensões da aceleração auxilia, ao nosso ver, na compreensão crítica de ideologias políticas que afirmam a existência de uma única modernidade possível – a sistêmica dominante. Esta ideologia, de forte conteúdo economicista, procura reter os efeitos disruptivos do ambiente em aceleração da vida coletiva e, assim, controlar os efeitos desestabilizadores e inovadores da possível experiência de modernidade aberta à vida social, mesmo que, por enquanto, sem projeto e nem narrativa, ou ainda, como nos diz Milton Santos, sem utopia.

Para este autor, entretanto, as condições da construção utópica existem, e encontram-se em ampliação, pelas novas condições técnicas e psicossociais indesejadas ou incontroláveis pelo comando da modernização: “O mundo definido pela literatura oficial do pensamento único é, somente, o conjunto de formas particulares de realização de apenas certo número dessas possibilidades. No entanto, um mundo verdadeiro se definirá a partir da lista completa de possibilidades presentes em certa data (...). Tais possibilidades, ainda não realizadas, já estão presentes como tendência ou como promessa de realização” (Santos, 2000:160).

(II) – Sobre a ação

A ação estimulada pela segunda dimensão da aceleração é, conforme afirmação anterior, basicamente instrumental, fazendo com que memórias históricas, bagagens culturais, experiências sociais profundas, valores familiares, instituições sociais sejam incorporados como meios para a expansão do mercado, ou seja, para a incorporação de ambientes à preservação transformadora do sistema dominante. A força dos novos vetores da modernização surge, claramente, do seu poder de convencimento, ou seja, de seu elevado nível de naturalização, alcançado pela indissolubilidade entre técnica, cultura, informação e comunicação.

É esta indissolubilidade, inexistente na industrialização fordista, que atrai, para a expansão sistêmica, a criatividade e a espontaneidade que eclodem nos contextos metropolitanos. Este poder de atração da organização sistêmica, que sustenta e alimenta a atual modernização, decorre tanto da operacionalização das ciências sociais – que facilita o acesso, da nova gestão, ao âmago do tecido social³ – quanto da própria natureza de produtos, organizados em rede, que artificializam rapidamente o ambiente. É, aliás, a conjugação destes fatores que pode ajudar a compreender porque ainda não foi possível articular as condições técnicas da atualidade, que ultrapassaram tão largamente as paredes da fábrica, a formas realmente transformadoras de viver e de conceber a cidade.

Numerosas áreas do fazer têm sido alteradas, sendo finalmente rompidos controles e restrições com origem no binômio urbanização-industrialização que orientou a modelagem da vida metropolitana em países periféricos: restrições e controles que foram alvo de tantas críticas pelo pensamento latino-americano dedicado à questão urbana. De fato, a intensa alteração em áreas do fazer não tem sido acompanhada da formulação de utopias que estimulem leituras de totalidade realmente enriquecedoras e libertárias. Ao contrário, observa-se a tendência à expansão dos comandos da nova gestão e à difusão de ideários que apontam apenas para a integração sistêmica, como se esta pudesse resolver os desafios da integração social. Esquece-se, com isto, que a sociedade é bem mais do que a economia e que os negócios podem ir bem e a sociedade muito mal.

Tem ocorrido, com intensidade, a absorção de diretrizes para a gestão de cidades que se limitam a assinalar, como caminho para a integração social, o aumento da atratividade de investimentos sistêmicos, o que expressa uma subordinação mimetizante aos impulsos globais. Esta subordinação corresponde à aceitação de uma ordem excludente que não pode (e nem pretende) incorporar a totalidade social na nova modernização e que ignora a própria historicidade dos contextos metropolitanos dos países periféricos. É a ideologia política sistêmica que fomenta, ainda, abordagens

instrumentais da questão urbana através, por exemplo, de propostas relativas à identificação da vocação da cidade, tão próxima dos estudos weberianos da secularização e da missão condutora da ação dirigida a fins, expressiva do racionalismo ocidental.

Entretanto, na primeira dimensão da aceleração, constata-se o múltiplo, o plural e o diverso, sendo assim ampliado o espectro de sentidos da ação, inclusive em resistência à ação instrumental. De fato, observa-se, nesta dimensão, tanto o espraiamento da instrumentalidade que desencanta a vida cotidiana quanto a defesa intransigente de valores com origem em diversos momentos de modernizações pretéritas (como o valor trabalho) e na ação tradicional, preservada em rituais urbanos e em instituições sociais.

As fraturas sociais, decorrentes da atualização parcial do tecido urbano, precisam, portanto, ser analiticamente apreendidas não apenas através da observação das condições materiais de vida urbana, onde é reconhecido o agravamento da desigualdade social, mas, também, através dos sentidos da ação que, ao orientarem processos identitários e instruírem o significado da existência, constroem possíveis caminhos para a ação social efetivamente integradora e solidária. Encontram-se em constituição novas culturas urbanas, que mesclam valores tradicionais aos códigos modernos e pós-modernos que orientam a ação nas ruas das grandes cidades. Estas culturas alteram a verdadeira temporalidade dos valores, numa diária conversa com o ambiente construído que ainda não logrou, plenamente, a sua incorporação pelas ciências sociais (Sawaya, 1986; Egler, 2000).

A atualização do tecido urbano comporta a aceleração de alguns tempos sociais, com apoio em áreas de condensação das inovações técnicas e comportamentais (Santos, 1994), enquanto outros resguardam

³ “Para tudo isso, também contribuiu a perda de influência da filosofia na formulação das ciências sociais, cuja interdisciplinariedade acaba por buscar inspiração na economia. Daí o empobrecimento das ciências humanas e a consequente dificuldade para interpretar o que vai pelo mundo, já que a ciência econômica se torna, cada vez mais, uma ciência da administração das coisas ao serviço de um sistema ideológico” (Santos, 2000: 47).

a lenta costura da sociabilidade, em lugares dificilmente conquistados, como exemplificam as favelas ou o comércio informal de rua. Desconhecer estes últimos espaços-tempos significa incorrer em graves riscos de dissolução de formas de resistência à ação instrumental que emergem, diariamente, na cena urbana.

Estes riscos existem na força dos vetores da atual modernização, que afastam as perspectivas de conquista da modernidade nos contextos periféricos, e, também, na destruição do diálogo entre experiências de vida urbana, antes tecido por movimentos sociais e pela arte. Aliás, este diálogo, responsável por experiências culturais extraordinárias – na música, na pintura, no teatro – não é substituível, apenas, pelo show ou pelo espetáculo. Os eventos culturais são apenas momentos cada vez mais produzidos estrategicamente, enquanto que o tecido social costurado pelos compartilhamentos do fazer arte permitem elos profundos no cotidiano urbano.

As pressões desconstrutoras do tecido social, que impedem que a efervescência observada na primeira dimensão da aceleração se transforme em vida cotidiana enriquecida, decorrem não apenas de determinantes imediatos da produção, como deseja insinuar o paradigma pós-fordista, mas, sobretudo, da forma como a atual economia adquire (e ensaia substituir) determinantes especificamente sociais e históricos da vida em sociedade. Trata-se da difusão da ação hegemônica, dos códigos comportamentais dos negócios que radicalizam os efeitos, tão bem apreendidos por Georg Simmel (op cit), da extensão da economia monetária nas orientações morais e éticas da experiência social.

(III) – *Sobre a ação estratégica*

A ação hegemônica contemporânea desloca-se do lugar da produção para atingir o tecido social, em associação com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias. Este deslocamento transparece nas formas de planejamento e de intervenção que desconhecem o lento acúmulo de conhecimentos e práticas das experiências populares, onde são construídas a confiança mútua, a compreensão e possibilidades de

compartilhamento de recursos (Ribeiro, 2000)⁴. Este desconhecimento é gerador da destruição de formas de organização popular e pela redução da legitimidade, antes alcançada, por lideranças que compartilham, em profundidade, as mesmas condições de vida dos segmentos sociais que experimentam a segregação e a exclusão.

A ação estratégica, entretanto, está em toda parte, tanto na primeira quanto na segunda dimensões da aceleração contemporânea. Afinal, a atual modernização, experienciada no urbano, constitui a última atualização de largos processos históricos. A violenta desestabilização da vida urbana, radicalizada pela atual modernização, introduz a sagacidade, o utilitarismo e o pragmatismo nas relações sociais em geral; além, é claro, de estar presente, com outros conteúdos e formas, nas lutas pela sobrevivência em contextos metropolitanos, inclusive dos setores populares, aqueles que, segundo Milton Santos (1994,1996), efetivamente praticam o espaço, usando diariamente a materialidade para sobreviver.

Porém, com Michel de Certeau (1990:94), podemos compreender que a ação estratégica reservada aos pobres e aos homens comuns manifesta-se, sobretudo, na forma de ações táticas que significam o consumo de oportunidades difusas espalhadas pelo espaço urbano: “Na realidade, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, postase uma produção de tipo totalmente diverso, qualificada como ‘consumo’, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas ‘piratarías’, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável, em suma, uma quase-invisibilidade, pois ela quase não se faz notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?) mas por uma arte de utilizar aqueles que lhe são impostos”.

A ação estratégica dos pobres, portanto, desdobra-se na implementação de

⁴ A noção de capital social tenta apreender os conteúdos do tecido social, porém de forma subordinada ao econômico, o que introduz, de forma evidente, elementos de pragmatismo e utilitarismo na própria leitura da sociedade; sendo assim desconhecidos os tempos e espaços sociais expressivos da historicidade profunda.

práticas que possibilitem o consumo da cidade – de seus depósitos de bens e recursos –, na apropriação tornada circunstancialmente possível de oportunidades, em tentativas de inserção nos lugares aonde há a circulação de dinheiro, como demonstra o comércio informal que rapidamente se instala nos engarrafamentos do Rio de Janeiro. Esta ação estratégica, efetivamente tática, confronta-se com a radicalização da ação estratégica de outros segmentos sociais, cada vez mais instrumentalizada pelo empresariamento do medo (lutas merciais, carros blindados, condomínios fechados, consumo a domicílio, fechamento de ruas, segurança privada). Confronta-se, ainda, com os códigos da ação estratégica dominante que desconhece as teias cotidianas tecidas nas ruas, no transporte coletivo e nas praças da cidade (Egler, op cit).

A ação dos pobres encontra, entretanto, novos instrumentos e formas de legitimação na racionalidade difundida tanto pela neoreligiosidade, cuja origem em associação com a expansão do capitalismo é conhecida (Weber, 1987), quanto em formas de agir estimuladas por orientações difundidas através da nova gestão das políticas públicas e por entidades envolvidas no equacionamento da questão social. O impacto destes novos instrumentos e formas de legitimação na ação tática dos pobres constitui, ao nosso ver, um tema relevante a ser analisado na primeira dimensão da aceleração contemporânea.

Trata-se de um movimento de secularização que chega aos lugares da pobreza, produzindo alterações em formas de estruturação do cotidiano e introduzindo rupturas

em saberes tradicionais: o que afeta, inclusive, culturas políticas historicamente presentes nos movimentos sociais. As políticas urbanas e sociais, em sua nova configuração estratégica, ao se aproximarem dos lugares da pobreza transformados em seu conteúdo cultural, constituem áreas de convívio e confronto entre racionalidades. Neste sentido, diversas camadas de modernização e de práticas modernizantes articulam-se na primeira dimensão da aceleração, configurando arenas, mais ou menos ocultas⁵, da disputa de valores que acontece no âmago do tecido social.

A onipresença da ação estratégica, entretanto, constitui um fenômeno social de grande relevância analítica, posicionado para além de sua manifestação particular nos lugares da pobreza ou em práticas que hoje refazem, ainda que muito parcialmente, as relações Estado-Sociedade (Ribeiro, 1998). A ação estratégica constitui o epicentro dos vínculos entre economia e sociedade no capitalismo em sua versão atual, que abandona as preocupações societárias mais abrangentes do pensamento liberal clássico para substituí-las pela radicalização do pragmatismo e do utilitarismo.

Neste sentido, a ação estratégica, difundida pela segunda dimensão da aceleração contemporânea, absorve tanto elementos da geopolítica, com apoio inclusive das novas tecnologias de mapeamento instantâneo (Castilho, 1999), quanto da ancestral arte da guerra; constituindo este um curioso caminho tomado pela mundialização, que traz do oriente ensinamentos ao racionalismo ocidental (Cleary, 1992). A absorção mercantil do agir estratégico constitui uma redução de sentido que simplifica e empobrece conteúdos hierarquizantes da construção da personalidade, e do senso de dever e honra, em culturas tradicionais (Benedict, 1989).

A ação estratégica descolada de um conjunto definido de valores em disputa, inclusive no cerne da ação individual, constitui uma radicalização instrumental da ação dirigida a fins, analisada por Max Weber⁶. O descolamento da ação estratégica de culturas específicas – o que não significa que esta ação esteja isenta da cultura que comanda a globalização da economia – intensifica a sua capacidade de absorver

⁵ O conceito de arena oculta foi desenvolvido pelo LASTRO para denotar os espaços limitada e instavelmente institucionalizados em que efetivamente são dedicados os rumos dos investimentos públicos nos espaços urbanos.

⁶ “O valor é o resultado da atividade dos homens que, como seres culturais, encontram-se obrigados a efetuar escolhas; não é, portanto, uma qualidade inerente às coisas. As orientações no confronto de valores conferem, dessa forma, um significado e ao mesmo tempo definem a via para a ação. A explicação weberiana do conceito de ‘personalidade’ é um exemplo dessa orientação que confere ao mundo um significado sistemático e coerente e, ao mesmo tempo, organiza um comportamento prático no interior da existência, um modo de agir teleológico racional” (Argüello, 1999).

valores da primeira dimensão da aceleração, tornando-os operacionais e dissolvendo a sua capacidade de orientar a conduta e a resistência à expansão sistêmica e, ainda, gerando obstáculos crescentes à integração social.

Neste sentido, Néstor García Canclini (1989:167) nos traz elementos para a análise de um outro descolamento sócio-cultural produzido pela expansão sistêmica, aquele decorrente do modernismo sem modernização que é estimulado pela parcialidade social, da própria modernização, em sociedades periféricas: “Como la modernización y democratización abarcan a una pequeña minoría, es imposible constituir mercados simbólicos donde puedan crecer campos culturales autónomos”. Ainda este autor (Canclini, 1983:46) caracteriza, nesta mesma direção, os limites em que acontecem as políticas culturais na América Latina, especialmente relevantes quando é acentuada a apropriação da cultura nas políticas urbanas: “A museografia ou o espetáculo que ocultam a história, os conflitos que deram origem a um objeto ou a uma dança, provocam, junto com o resgate, a desinformação e junto com a memória, o esquecimento”.

As possibilidades abertas pela aceleração contemporânea, em direção à edificação de novas utopias, além de enfrentar, em sua possível emergência, a oposição representada por limites da modernização, enfrenta, como afirma Milton Santos (2000: 38), a carência de sentido societário da ação estratégica positivada na atual modernização: “Entre os fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, encontram-se a forma como a informação é oferecida à humanidade e a emergência do dinheiro em estado puro como motor da vida econômica e social”. O dinheiro em estado puro, como sabemos, corresponde à objetivação das relações societárias, sendo a coisificação especialmente intensa nos contextos metropolitanos, onde a economia monetária atinge o seu ápice.

(IV) – Sobre microconjunturas

A noção de microconjuntura incorpora a problemática da aceleração contemporânea, em suas duas dimensões, à análise do cotidiano, o que pressupõe a valorização do tecido urbano e dos sentidos da ação

social. Envolve, assim, tanto o reconhecimento das táticas valorizadas por Michel de Certeau (op cit) quanto a pressão exercida, sobre estas táticas, pela ação estratégica interna e externa ao tecido social do lugar. A referência ao conceito de conjuntura traz, para o estudo do cotidiano, princípios analíticos que tendem a ser acionados exclusivamente na reflexão da política ou da economia, o que conduz, frequentemente, ao desconhecimento de determinantes especificamente sociais, e logo culturais, da ação.

As microconjunturas, marcadas por movimentos de adesão e afastamento com relação a crenças e valores, comportando mudanças no imaginário, manifestam-se através de mutações sociais que nem sempre adquirem elevada visibilidade na cena pública. São estas mutações que constituem a matéria-prima das áreas mais sensíveis do marketing e que, tantas vezes, permanecem desconhecidas para as ciências sociais, ainda sobrecarregadas com obrigações de explicar o que, por vezes, só pode ser anunciado.

A aceleração experienciada em sua primeira dimensão, ao nível da superficialização a que encontra-se sujeita a vida cotidiana em contextos metropolitanos, impõe, ao pesquisador, suportar a precariedade analítica que decorre da reflexão de processos ainda em aberto, ou seja, cujo desdobramento encontra-se em curso. Esta é uma inelutável exigência da sociologia do presente, conforme proposta por Edgar Morin (1996). Eventos e fatos articulam-se no presente, exigindo a atenção, do analista do presente, para sintomas e vestígios da ação social, numa estranha arqueologia atemporal, que é realizada no próprio tempo em que se desenvolve a ação.

É esta arqueologia do presente, também estimulada pela leitura de Michel de Vovelle (1997), que permite apreender as táticas diárias e reconhecer vestígios e sintomas da ação hegemônica em discursos e práticas de atores distantes, em suas ideologias aparentes, dos centros estratégicos de decisão. O novo meio urbano, irrigado de fluxos cada vez mais intensos de (des)informação, permite, concretamente, que ocorram deslisamentos discursivos e práticos por vezes extraordinários que, de forma difusa, alteram sentidos da ação social.

Estes deslisamentos de sentidos da ação, nem sempre intencionais, constroem o momento e o espaço vividos, os conteúdos sociais do lugar, em que manifestam-se as derivas valorizadas analiticamente por Edgar Morin (op cit). Na indeterminação e no acaso, configuradores de derivas, convivem a desrazão, com origem na tecnociência, e diversas racionalidades em confronto, fazendo do tecido social um território de disputas contínuas. Neste tecido-território, que enlaça e separa inúmeros atos cotidianos, são disputadas oportunidades e implementadas exclusões radicais, abrindo-se e fechando-se microconjunturas expressivas da aceleração da vida urbana.

Num primeiro esforço analítico, distinguimos cinco tipos de ação, envolvidos na dinâmica sócio-espacial e temporal específica das microconjunturas, em (des)enlace no cotidiano urbano: a ação imposta – que expressa a participação obrigatória em segmentos da vida urbana, limitando as condições de emergência de sujeitos sociais plenos; a ação outorgada – onde a ação social transforma-se em mecanismo de legitimação de decisões políticas e técnicas cujos sentidos escapam aos indivíduos e grupos sociais envolvidos na ação, também retendo a disputa de sentidos do agir; a ação mediatizada – quando a ação depende de mediadores, mais ou menos institucionalizados, que detém os discursos que dão sentido a ação; a ação midiática – quando são acionados recursos de comunicação e a opinião pública no estímulo à ação social; a ação invisível – envolvida em táticas de aproveitamento de oportunidades e nas configurações práticas do tecido urbano.

(V) - Conclusões

Os tipos de ação, antes rapidamente citados, constituem instrumentos para a pesquisa do cotidiano urbano, na sua particular conjugação espaço-temporal. Acreditamos que o estudo do cotidiano, do espaço usado e praticado valorizado por Milton Santos (1994), imponha o reconhecimento de micro-conjunturas que, uma vez compreendidas, permitiriam o debate consistente de formas de resistência à modernização imposta e o desvendamento de utopias carregadas de diálogo com o senso

comum (Santos, 1998). este bric-a-brac, eivado de sabedoria popular, configurado por sucessivos e parciais depósitos de cultura nos espaços metropolitanos.

Este amálgama de sentidos, diariamente costurados, decorrente de influências culturais diferenciadas, contém elementos cuja sistematicidade e formas de classificação dos recursos urbanos precisam ser reconhecidos, inclusive para que seja construída uma ação, também necessariamente estratégica, que, ao estimular o diálogo em torno de valores, possibilite recuperar a natureza utópica da vida urbana. Trata-se, agora, da possibilidade de garantir, para muitos, a vivência da aventura da modernidade, que tem sido negada sistematicamente, como adverte Consuelo Martínez Corredor (op cit), à periferia do capitalismo. Para isto, os discursos precisariam reencontrar as narrativas, como ensina Carlos Fuentes (1994).

A secularização sem volta aparente da modernização radicalizada e imposta corresponde à crescente objetivação observada no âmago do tecido social, o que transparece no aumento da violência em contextos metropolitanos. Assim, reter os aspectos mais agudos da crise social também passa pela resistência à ação sistêmica hegemônica que transforma culturas e experiências urbanas em coisas, em objetos, subordinados aos negócios, ao dinheiro tomado, em si mesmo, móvel da ação. Há que se reter, portanto, a ágil desapropriação do ambiente urbano, como afirma Héctor Poggiese (2000), pelo desvendamento de ações tático-estratégicas, favoráveis à emergência de movimentos sociais que retenham a exclusão social. Acreditamos que a compreensão das micro-conjunturas favoreça o desvendamento das condições de afirmação de sujeitos sociais detidas pelo tecido urbano.

Em verdade, a modernização é uma exigência do presente, em seus nexos com os determinantes mais abrangentes das anteriores modernizações, produtoras das extraordinárias concentrações urbanas dos países periféricos. Entretanto, a manipulação de processos materiais e imateriais e a imposição de imagens-síntese, descoladas das culturas urbanas, transforma as sociedades da periferia do capitalismo em apenas espaço de

projetos hegemônicos na escala mundo, impedindo que, com base na compreensão da experiência social, seja construída a consciência de si e, portanto, o projeto identitário indispensável à aventura da modernidade.

Assim, a ênfase exclusiva no espaço – que acontece através da presentificação forçada da vida urbana, transformada em território dos investimentos globais – contribui para aumentar a coisificação que marca as relações sociais no cotidiano, de onde é eliminado o tempo da narrativa, indispensável à construção identitária. É por isto que a aceleração contemporânea não pode ser lida, exclusivamente, como velocidade, já que esta, em permanente ampliação, é uma propriedade dos objetos e não dos seres humanos. A velocidade constitui-se, com seus instrumentos contemporâneos, na fisionomia da cidade desejada pelo projeto sistêmico. Entretanto, esta é apenas a cidade da eficácia e da eficiência, cujas qualidades positivas precisariam estar subordinadas a valores morais e éticos que afirmem o compartilhamento e a cooperação urbana.

A intensa aceleração do tecido social urbano traz desafios específicos para as ciências sociais que, além da tarefa de trazer os clássicos para a compreensão do presente, enfrenta os desafios de mudanças em objetos e linguagens (Veiga, 2000) e, até mesmo, crises paradigmáticas associadas às novas dimensões do fazer e agir. Estas mudanças impõem a abordagem interdisciplinar nos estudos urbanos. Neste ensaio, procuramos contribuir nesta direção através da noção de microconjuntura que, aplicada aos contextos metropolitanos periféricos, visa contribuir para a valorização dos sentidos da ação na compreensão de relações espaço-temporais. Trata-se, apenas, de uma contribuição das ciências sociais ao trabalho que deve ser, necessariamente, coletivo, interdisciplinar e aberto ao senso comum.

Referências bibliográficas

ARGÜELLO, Katie – 1999 – “O mundo perfeito: nem possível, nem desejável” In Jessé de Souza (org.) – *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, Brasília, Editora UnB.

BENEDICT, Ruth - 1989 – *The chrysan-*

themun and the sword: patterns of japonese culture, Boston, Houghton Mifflin Company (data original, 1946).

CANCLINI, Héctor Nestor – 1989 – “Modernismo sin modernización”. *REVISTA MEXICANA DE SOCIOLOGÍA*, Año LI, n° 3.

CASTILHO, Ricardo Abid – 1999 - “Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro”. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

CERTEAU, Michel de – *A invenção do cotidiano: artes de fazer* 1. Petrópolis / RJ, Vozes, 2ª ed.

CLEARY, Thomas – 1992 - *The japonese art of war: undestanding the culture of strategy*, Boston. Shambhala.

EGLER, Tamara Tania – 2000 – “Interação social: espaços de encontros ou confrontos”. Texto preparado para a reunião “Desenvolvimento urbano: velho tema ou exigência do presente?” do grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO (Rio de Janeiro. 30 e 31 de março).

FUENTES, Carlos – 1994 – *Valiente mundo nuevo: épica, utopía y mito en la novela hispanoamericana*, México, Tierra Firme, 1ª ed., 2ª imp.

FEDOZZI, Luciano – 1997 – “A nova teoria de sistemas de Niklas Luhmann: uma leitura introdutória” In Clarissa Baeta Neves e Eva Machado Barbosa Samiós (coord.) – *A nova teoria dos sistemas*, Porto Alegre, Ed. UFRGS.

MARTINEZ, Consuelo Corredor – 1997 – *Los límites de la modernización*, Bogotá, CINEP / Facultad de Ciencias Económicas – Universidad Nacional de Colombia.

MORIN, Edgar – 1996 – *Ciência com consciência*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

POGGIESE, Héctor – 2000 – “Movimientos sociales. formulación de políticas y redes mixtas socio-gubernamentales para un nuevo ‘saber-hacer’ en la gestión de la ciudad”. Texto apresentado na reunião “Desenvolvimento urbano: velho tema ou exigência do presente?” do grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO (Rio de Janeiro. 30 e 31 de março).

RIBEIRO, Ana Clara Torres – 1998 – “Relações Sociedade – Estado: elementos do paradigma administrativo”. *Cadernos IPPUR*, Ano XII, N° 12.

RIBEIRO, Ana Clara Torres - 1999 - "Ação e seleção social: impulsos globais em contextos metropolitanos" In Iná Elias de Castro, Mariana Miranda, Cláudio A. G. Egler (org.) - *Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil:FAPERJ.

RIBEIRO, Ana Clara Torres - 2000 - *Intervenções urbanas, democracia e oportunidade: dois estudos de caso*, Rio de Janeiro, FASE.

SANTOS, Boaventura de Souza - 1998 - Um discurso sobre as ciências, Porto, Afrontamento, 10ª ed.

SANTOS, Milton - 1993 - "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo" In Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Francisco Capuano Scarlato, Monica Arroyo (org.) - *Fim de século e globalização*, São Paulo, HUCITEC-ANPUR.

SANTOS, Milton - 1992 - *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, HUCITEC, São Paulo.

SANTOS, Milton - 2000 - *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro, Record.

SAWAYA, Sylvio Barros - "O espaço como objeto de trabalho" In Milton Santos e Maria Adélia de Souza (org.) - *O espaço interdisciplinar*, São Paulo, Nobel.

SIMMEL, Georg - 1998 - "O dinheiro na cultura moderna" In Jessé de Souza (org.) - *Simmel e a modernidade*. Brasília, Editora UnB (data original, 1896).

VEIGA, Danilo - 2000 - "Notas para una agenda de investigación sobre procesos emergentes en la sociedad urbana". Texto apresentado na reunião "Desenvolvimento urbano: velho tema ou exigência do presente?" do grupo de trabalho Desenvolvimento Urbano do CLACSO (Rio de Janeiro, 30 e 31 de março).

VOVELLE, Michel de - 1997 - *Imagens e imaginário na história: fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo, Ática.

WEBER, Max - 1987 - *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, São Paulo, Pioneira, 5ª ed. (data original 1904,1905)

WEBER, Max - 1997 - *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica, 2ª ed., 11ª imp. (data original, 1922).*

Resumen

Este ensaio expõe parte das orientações conceituais e metodológicas que conduzem projeto de pesquisa, ora em desenvolvimento, dedicado ao estudo da ação social em contextos metropolitanos brasileiros¹. As orientações condutoras do estudo retornam a questões clássicas da sociologia, principalmente no que concerne aos sentidos da ação teorizados por Marx Weber na análise crítica da modernidade (Weber, 1987 e 1997), ao mesmo tempo em que busca inspiração e diálogo com outras disciplinas e campos profissionais, numa abordagem nitidamente interdisciplinar.*